



ENIMPACTO

Estratégia Nacional de
Economia de Impacto

Políticas públicas para uma nova economia.

21ª Reunião do Comitê da Enimpecto

Brasília-DF, 11 de abril de 2024



Pauta

Pauta

Informes

Aprovação da Ata da 20ª Reunião Trimestral da Enimpecto

Economia de Impacto no G20

Eco Invest e os Títulos Soberanos Sustentáveis

Sistema Nacional de Economia de Impacto - SIMPACTO



Informes



Informes



TRs



Editais FINEP

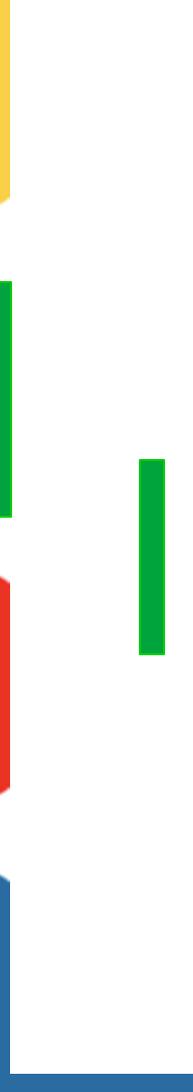


Caixa Econômica Federal – Gerência Nacional de Inovação e Negócios de Impacto



Comunicado dos GTs





Aprovação da Ata da 20ª Reunião Trimestral da Enimpecto

Aprovação da Ata da 20ª Reunião Trimestral da Enimpecto

ATA DA 20ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS DE IMPACTO

No dia 01 do mês de fevereiro de 2024, presencialmente no Salão Nobre do Ministério da Educação, bloco K da Esplanada dos Ministérios, e também na plataforma de reuniões virtuais ZOOM

(<https://us06web.zoom.us/j/84126048485?pwd=easHCTE3VH4te8a8hwoswaJaP6Yt9.1>), instituído pelo Decreto nº 11646, de 16 de agosto de 2023, para tratar da seguinte Pauta:

- 1) Informes (5 minutos)
- 2) Aprovação Ata 19ª Reunião Trimestral da Enimpecto (5 minutos)
- 3) Apresentação e aprovação do Relatório 2023 da Enimpecto (10 minutos)
- 4) Apresentação dos Resultados da Consulta Pública (20 minutos)
- 5) Aprovação do Plano Decenal 2023-2032 (20 minutos)
- 6) Planos de Trabalho de cada GT (25 minutos)
- 7) G20 e Enimpecto: Recomendações e Contribuições (10 minutos)
- 8) 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (junho/2024) (10 minutos)
- 9) Prêmio Impactos Positivos (10 minutos)
- 10) Pluralidade e Diversidade na Composição do Comitê da Enimpecto (30 minutos)

Rolleberg cumprimenta todos e inicia a reunião: "Boa tarde a todas e a todos. Espero que todos tenham começado o ano muito bem. Na verdade, o ano já começou ligeiro, não é? Nós estamos no dia primeiro de fevereiro, já foi-se o primeiro mês. Acho que aquela lendã de que o ano começava depois do Carnaval passou, né? O ano já começou bastante intenso. Eu agradeço a presença de todos, agradeço a presença e a coordenação aqui do Lucas e da Heloisa. Eu vou ler aqui muito rapidamente a pauta para que a gente possa caminhar com bastante objetividade. O nosso primeiro item vai ser aprovação da ata da reunião, da 19ª reunião trimestral; depois nós teríamos por parte do Lucas a apresentação e aprovação do relatório de 2023 da Enimpecto, com as realizações, as entregas; seguinte, nós teremos a apresentação dos resultados da consulta pública, que teve a participação bastante expressiva; a apreciação do plano decenal 2023-2032, já com as contribuições da consulta pública; depois, os coordenadores, os líderes dos dois dos grupos de trabalho vão apresentar os planos de trabalho de cada GT; depois o Marcel vai fazer uma apresentação sobre o G20 e a Enimpecto com recomendações e contribuições; depois a Sheila vai fazer um informe sobre a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação; depois a Gisele fará uma apresentação sobre o Prêmio impactos positivos, com a solicitação de colaboração de possíveis patrocinadores; e depois nós teremos aí também um informe sobre pluralidade e diversidade na composição da Enimpecto com a sugestão de novas, de novos participantes aqui no âmbito da Enimpecto, mas... Nós, agora... informes primeiro. Podemos?"

Principais pontos

- ✓ Aprovação da Consulta Pública
- ✓ Plano Decenal 2023 -2032
- ✓ Aprovação do Relatório 2023 da Enimpecto
- ✓ Planos de Trabalho de cada GT



Apresentação Economia de Impacto no G20



ENIMPACTO

Estratégia Nacional de
Economia de Impacto

Políticas públicas para uma nova economia.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS



G20 pelo Impacto

JUNTOS PARA MUDAR O MUNDO

Comitê ENIMPACTO

Contribuições para um mundo justo e sustentável



11 de Abril, 2024

O que e Por quê

- Coalizão global para mobilizar, orquestrar e articular propostas concretas para promover um sistema econômico **inclusivo, equitativo e regenerativo** para o G20 sob a Presidência do Brasil
- O G20 é atualmente o principal espaço multilateral:
 - 2/3 População Global
 - 85% do PIB global
 - 75% Comércio Internacional
 - 80% das emissões totais de GEE
- Qualquer proposta de mudança de sistemas deve ser coordenada com este grupo



ENIMPACTO
Estratégia Nacional de
Economia de Impacto
Políticas públicas para uma nova economia.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS



Membros

Mais de 30 organizações e comunidades de classe mundial de empreendedores de impacto e inovadores sociais



Latimpacto



skoll
FOUNDATION



THE B TEAM ▶



GAIL



Climate Action
Platform Africa

avpn

INSTITUTO
ETHOS



DINAMO



instituto
ITAÚSA

Fundação
Tide
Setubal



Abong



北京乐平
公益基金会
LEPING SOCIAL
ENTREPRENEUR
FOUNDATION



Resultados Esperados

- Construir capital social e qualificar o debate em torno do G20
 - Apresentar propostas e recomendações concretas, coordenadas e articuladas aos grupos de trabalho do G20
 - Construir pontes para a continuidade visando o G20 da África do Sul em 2025
- As propostas incluem:
 - Identidade jurídica para empresas que atuam propósito, responsabilidade e transparência: Sociedades de Benefício
 - Proposta de SIS e PPE do Catalyst
 - Transparência de Impacto do GSG
 - As 5 prioridades políticas concretas de Schwab para desbloquear a economia social



ENIMPACTO
Estratégia Nacional de
Economia de Impacto
Políticas públicas para uma nova economia.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS



Aliados do Governo



ENIMPACTO
Estratégia Nacional de
Economia de Impacto
Políticas públicas para uma nova economia.

FOLHA DE S.PAULO



G20 MUDANÇA CLIMÁTICA

G20 pelo Impacto une organizações por novo modelo econômico

Coalizção global se reúne com governo federal nesta sexta (9) e articula propostas para fórum internacional no Brasil em novembro



Gabriela Casaff

SÃO PAULO Um movimento que nasceu na sociedade civil pretende levar para o G20, em novembro no Brasil, o debate sobre um novo modelo econômico. Mais de 30 organizações nacionais e internacionais formam o G20 pelo Impacto, coalizção para acelerar uma economia mais inclusiva, equitativa e regenerativa.

Nesta sexta (9) acontece a primeira reunião da coalizção com membros do governo federal —entre eles, Gustavo Westmann, assessor internacional da presidência e coordenador geral do G20 Social, e Tatiana Berringer, responsável pelo diálogo com a sociedade civil e a trilha de finanças do G20.

"Percebemos que sociedade civil e atores de mercado estão dispersos e próximos de aceitar que não entregaremos a Agenda 2030 nem o Acordo de Paris", diz Marcel Fukayama, cofundador da Din4mo, empresa B idealizadora da coalizção.

Como o Brasil pode criar um 'G20 do impacto'

A liderança brasileira no grupo das maiores economias é uma oportunidade para de levar a agenda de impacto ao principal fórum multilateral do mundo.



por Marcel Fukayama*
08 de Novembro de 2020



Vivemos um ponto de inflexão em nossa civilização. As desigualdades e a emergência climática atingem patamares nunca antes vistos. A possibilidade real de não conseguirmos cumprir com compromissos globais como a Agenda 2030 e o Acordo de Paris demonstra um problema estrutural: a governança global está em crise.

Em meio a esse cenário, o G20, grupo das 21 maiores economias — 19 países e dois blocos econômicos, Europa e África — se consolida como o principal espaço multilateral no mundo. O grupo reúne dois terços da população e 85% do PIB mundiais, 75% do comércio internacional e 85% do total de emissões de gases de efeito estufa e equivalentes.

Evidentemente, qualquer mudança de paradigma econômico deve passar por este espaço e fim de alcançar coordenação, alinhamento e clareza de implementação. O sucesso numa organização como o G20 implica, no entanto, um esforço multidimensional, que passa por desafios como assegurar uma proposta tecnicamente aceitável, engajamento entre

capital
re|set

re|set Newsletter

Nome completo

E-mail

Se quiser receber por e-mail as notícias e atualizações de re|set, clique aqui.

Inscreva-se

Este site é protegido por um certificado de segurança SSL. Última atualização em 08/11/2020 às 10:00:00.

Plenárias

- 1a Plenária Virtual
 - Reuniões bilaterais
 - Reunião CDESS
 - Reunião ENIMPACTO
- 2a Plenária Virtual (Julho)
- 3a Plenária (Setembro) durante UNGA em Nova York, EUA - **A CONFIRMAR**
- 4a Plenária (Novembro) durante Cúpula Social no Rio de Janeiro, Brazil



ENIMPACTO
Estratégia Nacional de
Economia de Impacto
Políticas públicas para uma nova economia.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS



GCSII Working Group

Government Champions for Social Innovation and Impact

PROPÓSITO

1. Formalizar e acelerar o crescimento do setor global de inovação social, com o governo desempenhando um papel proeminente
2. Catalisar um impulso global em torno da inovação social por meio de
 - Endosso à criação de setor de inovação social.
 - Chamado à ação dos participantes de todo o ecossistema
 - Esforços internacionais e nacionais para destacar inovações em todo o ecossistema e garantir ampla visibilidade na sociedade.



ENIMPACTO
Estratégia Nacional de
Economia de Impacto
Políticas públicas para uma nova economia.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS



GCSII Working Group

Government Champions for Social Innovation and Impact

COMPOSIÇÃO (Órgãos de Governo em nível nacional)

Alemanha*, Brasil, Cingapura, Indonésia, Lituânia, México, Portugal* (**lideres*)

CONVITE AOS DEMAIS PAÍSES E *SOFT LAUNCH*

Catalysing Change Week 2024 - 8 de maio de 2024 às 11h BRT, online

SECRETARIADO ATUAL

Catalyst 2030

LANÇAMENTO OFICIAL

Assinatura do MOU em 24/10/2024, G20 - Trade and Investment Ministerial Meeting

Próximos Passos

- (i) realização de um evento ENIMPACTO** de 1 dia como parte do G20 Social durante a Cúpula Social do G20 no Rio; enquanto a manhã seria de encontro entre membros do comitê, líderes e membros de GTs e participantes do GAS, à tarde faríamos uma **rodada de negócios para comércio internacional de impacto**, com possível apoio da Apex e Sebrae;
- (ii) Criação um subGT no GT4 para propor recomendações da ENIMPACTO no âmbito do Sustainable Finance WG** na trilha financeira e submeter para validação do comitê na reunião de 20 de junho;
- (iii) reunião/celebração de entrega de propostas** entre Ministro MDIC/VPR + SEV + DNOVA + ENIMPACTO para entrega das recomendações à Sec ASIN/MF Emb. Tatiana Rosito;
- (iv) Assinatura do MOU no dia 24/10 e da proposição de mais um grupo de engajamento, o SI20 sendo uma das iniciativas para garantir a continuidade desta agenda no G20 da África do Sul.**



ENIMPACTO
Estratégia Nacional de
Economia de Impacto
Políticas públicas para uma nova economia.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS



Pontos para o Comitê

- Que cuidados e recomendações consideram para os próximos passos?
- Colaboração, em especial, com Apex, Sebrae, Ministério da Fazenda e Ministério das Relações Exteriores
- Que outras oportunidades vislumbram para essa agenda?



ENIMPACTO
Estratégia Nacional de
Economia de Impacto
Políticas públicas para uma nova economia.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS



G20 pelo Impacto

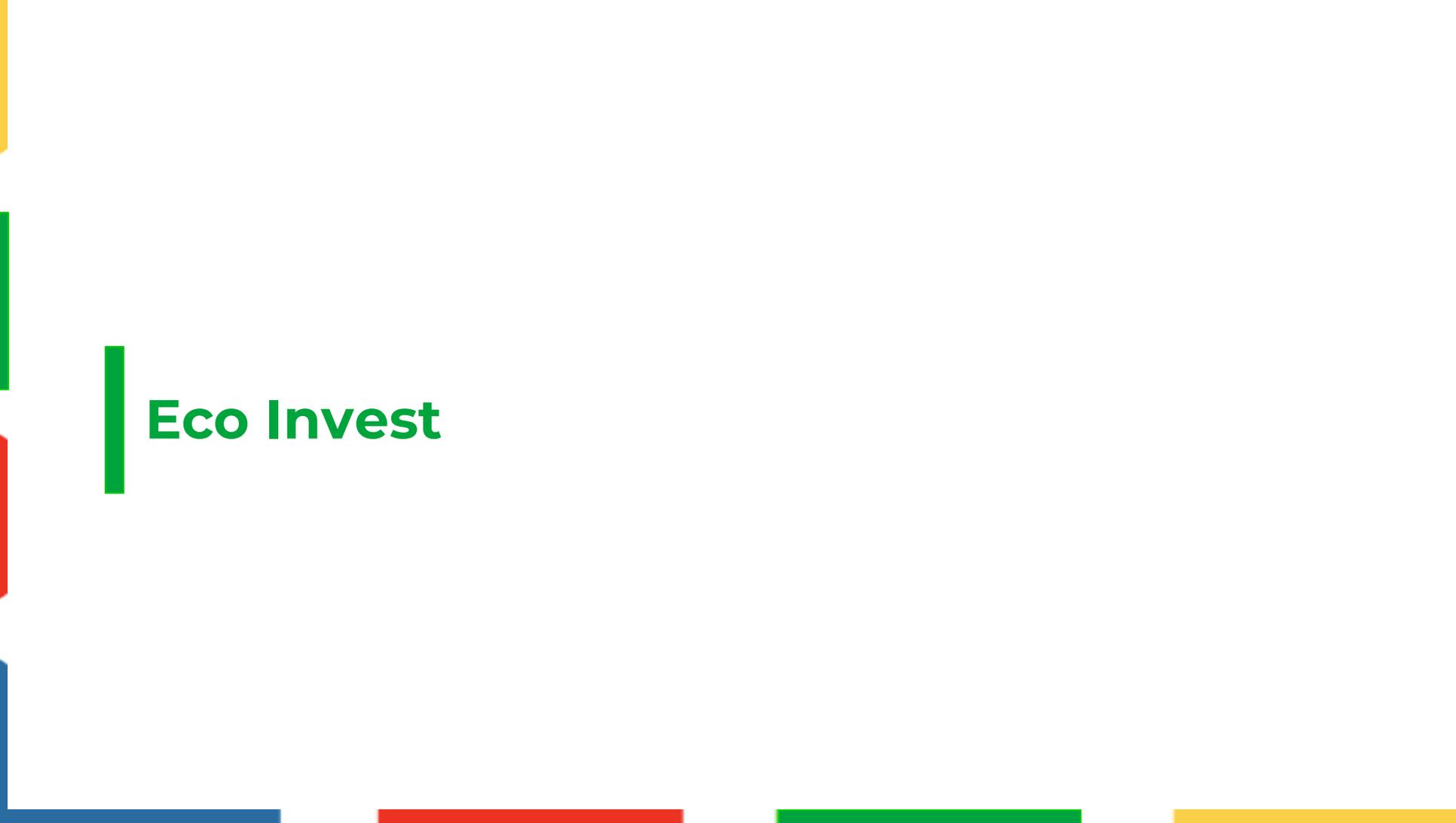
JUNTOS PARA MUDAR O MUNDO

Comitê ENIMPACTO

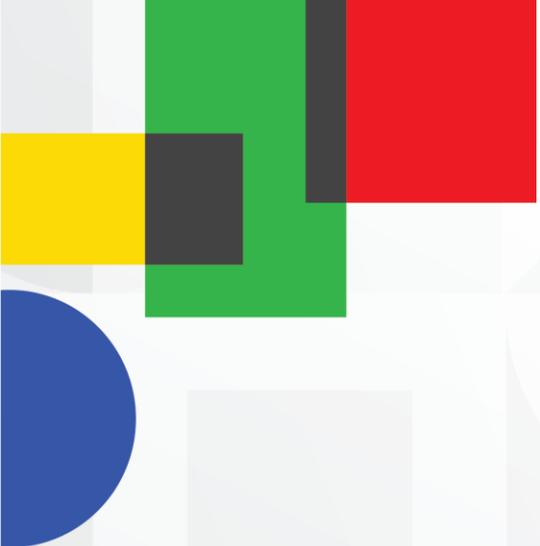
Contribuições para um mundo justo e sustentável



11 de Abril, 2024



Eco Invest



ECO INVEST BRASIL

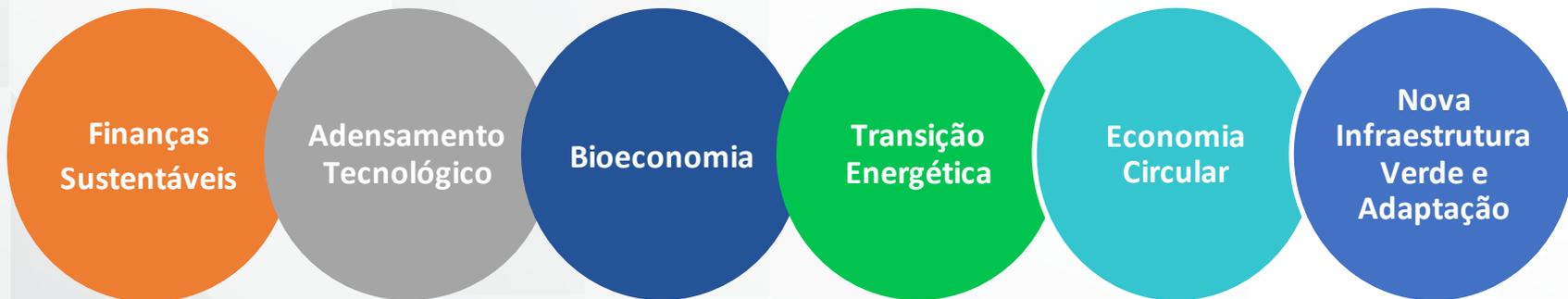
**PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO DE CAPITAL
PRIVADO EXTERNO E PROTEÇÃO CAMBIAL**

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Fundamentos: Plano de Transformação Ecológica

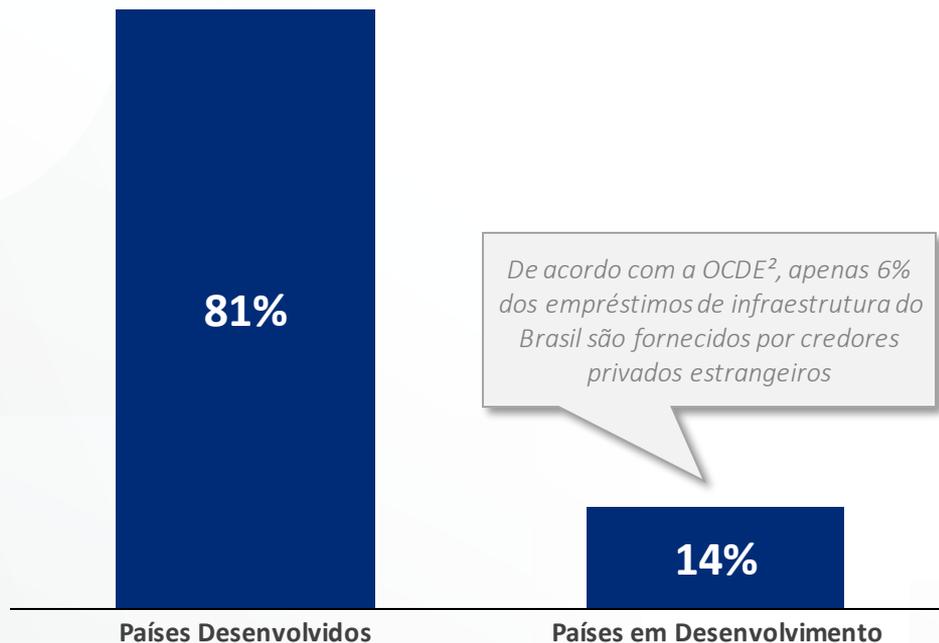
- A **transição para uma economia de baixo carbono** não é apenas uma necessidade ambiental global, mas também uma **oportunidade estratégica e econômica para o Brasil**.
- O **Ministério da Fazenda desempenha um papel fundamental nessa agenda** e, por isso, desenvolveu o **Plano de Transformação Ecológica**. Esse plano consiste em uma **estratégia de desenvolvimento inclusiva e sustentável**, com o objetivo de promover o emprego, a produtividade, a sustentabilidade ambiental e a justiça social. Ele está construído sobre seis pilares:



Fundamentos: baixa participação de investimento privado em países em desenvolvimento

- Para alcançar a transição ecológica, são necessários investimentos significativos, que **só podem se concretizar com a participação do setor privado (tanto brasileiro quanto estrangeiro)**, além do setor público.
- Nos países desenvolvidos, **81% dos investimentos em transformação verde são financiados pelo setor privado**. Em contraste, **nos países em desenvolvimento, essa taxa é de apenas 14%**.
- Entre as causas desse baixo percentual de participação do setor privado nos países em desenvolvimento, **destaca-se o custo relativamente alto de capital para investimentos privados, em especial os investimentos diretos estrangeiros**.

Participação do Setor Privado em Projetos de Transformação Verde (%)¹



1. Persaud (2023); 2. OECD 2023 ([link](#))

Fundamentos: a volatilidade cambial no Brasil desencoraja investimentos estrangeiros e aumenta os custos de proteção

Volatilidade implícita cambial¹ (Dólar/Reais & Dólar/Euro)

Opções cambiais de 1 mês



A volatilidade cambial no Brasil, apesar de estar **altamente correlacionada com os mercados internacionais**, é cerca de 2,2 vezes maior, com alguns de até 4 vezes maior (por exemplo, durante a pandemia de COVID-19).

2,2x mais volatilidade no Brasil

Devido à volatilidade cambial no país, investidores buscam mitigadores de risco em antecipação a possíveis flutuações futuras da

1. Bloomberg (em 22 de fevereiro de 2024).

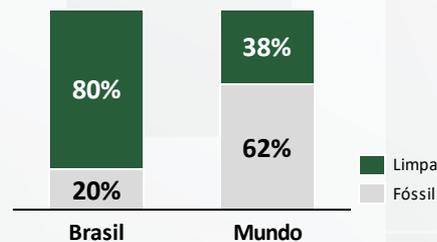
Fundamentos: crédito para projetos sustentáveis ainda exige retornos altos, apesar das condições favoráveis do Brasil

Condições ideais do Brasil para grandes projetos verdes

Potencial de Energia Renovável

- Os abundantes recursos naturais do país tornam o Brasil um local atrativo para projetos de energia renovável¹

Eletricidade total²

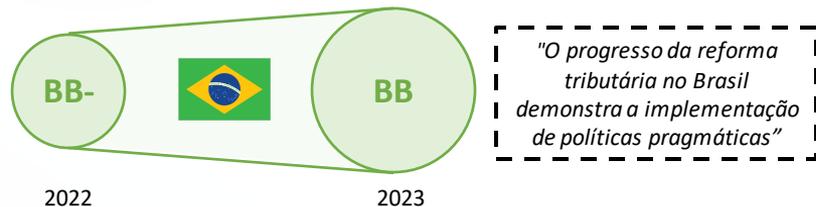


O Brasil também possui um grande mercado interno, com uma demanda crescente por energia limpa – a população e o setor industrial do país fornecem uma base substancial de clientes para projetos de energia renovável, criando oportunidades para geração de receita.

Apoio Governamental

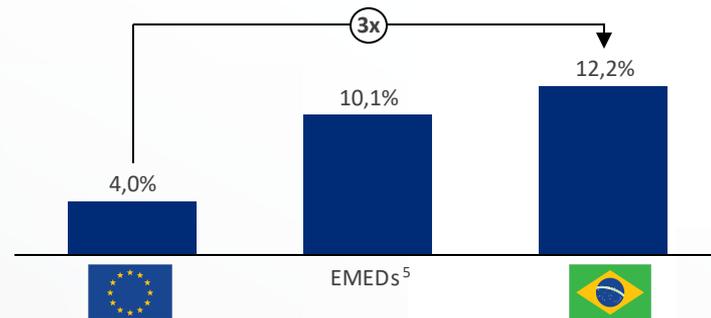
- O governo brasileiro tem demonstrado compromisso em promover a energia renovável e lidar com questão das mudanças climáticas.
- Políticas e incentivos têm sido implementados para apoiar o desenvolvimento de projetos de energia renovável.

S&P long-term ratings³



Custo de capital⁴

Comparativo entre a UE e o Brasil para um projeto de energia solar fotovoltaica de 100 MW



1. IEA 2. IEA; 3. S&P ([link](#)); 4 IEA (Médias de EMEDs 2019 – 2022) e Persaud (2023) (EU 2021);

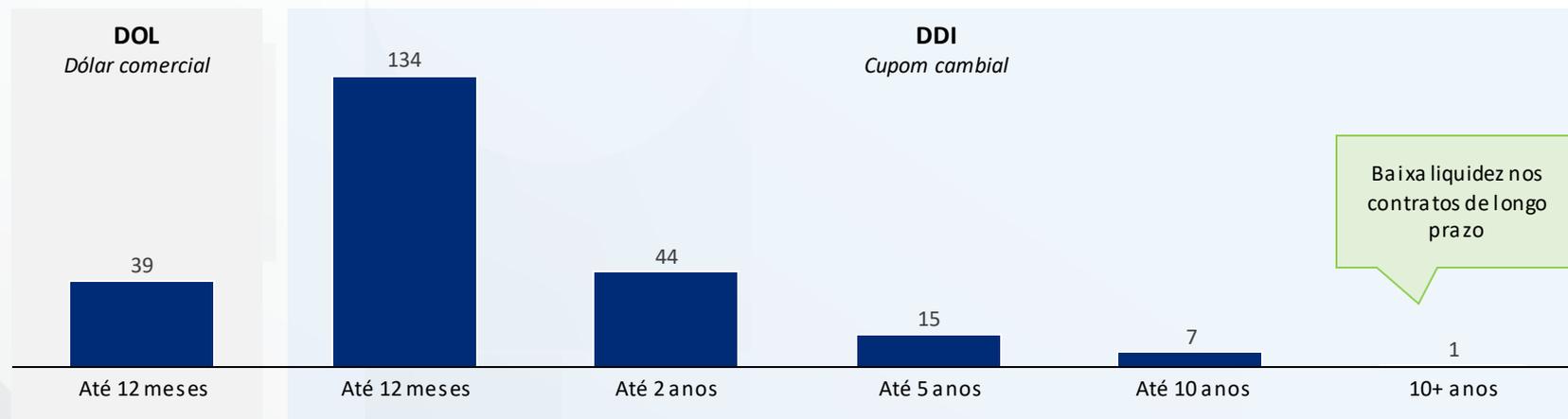
5. Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento (EMED), exceto China.

Fundamentos: baixa disponibilidade de liquidez de proteções cambiais de longo prazo dificulta o investimento

Os instrumentos de derivativos cambiais no mercado doméstico para períodos de longo prazo são inexistentes e/ou caros

Montante de contratos futuros em aberto, por prazo

Fev/2024¹, em bilhões de dólares²



Porcentagem de retorno positivo x negativo por prazo³

Retornos Positivos (%) Retornos Negativos (%)

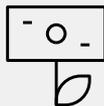


1. Em 19 de fevereiro de 2024; 2. Razão: 1 contrato DOL ou DDI= 50.000 USD;
3. B3, BCB (com base em uma simulação de retornos pelo BCB).

Princípios Fundamentais do ECO INVEST BRASIL

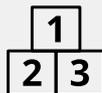
Mobilizar capital privado

Captar investimento privado estrangeiro para a transformação ecológica do Brasil



Promover a concorrência

Abrir o programa a todos os agentes financeiros para estimular uma concorrência saudável entre as instituições



Estimular o crescimento nos mercados de capitais

Promover o desenvolvimento do mercado de capitais, incentivando o efeito de atração de investimentos



ECO INVEST BRASIL



Integrar empresas globalmente

Aprofundar, de forma segura, a integração financeira das empresas brasileiras com o sistema financeiro internacional

Desenvolver uma rede de colaboração público-privada

Formar parcerias entre instituições - governo, bancos multilaterais, instituições financeiras públicas e privadas, investidores nacionais e internacionais



Garantir as melhores práticas

Adotar as melhores práticas em governança, em *accountability*, e no monitoramento dos impactos do Programa, por meio de relatórios de alocação de recursos e de impacto, bem como avaliações externas independentes, com a inclusão transversal de critérios climáticos, ambientais e sociais em todos esses processos

O ECO INVEST BRASIL terá quatro sublinhas de crédito diferentes

Será criada uma nova linha de crédito dentro do Fundo Clima chamada ECO INVEST BRASIL, que terá 4 sublinhas para empresas ou investidores nacionais e estrangeiros

 FUNDO CLIMA	A	Blended Finance	Redução do custo de capital por meio de <i>funding</i> misto para promoção da integração de empresas brasileiras no sistema financeiro global , atração de investimentos estrangeiros e fomento de uma economia sustentável e resiliente
	B	Facilidade de Liquidez Cambial de Longo Prazo	Mitigação dos desafios enfrentados por empresas com dívidas em moeda estrangeira e receitas geradas em reais brasileiros , em casos de desvalorização significativa, permitindo uma gestão eficaz de caixa e aprimoramentos de crédito
	C	Fomento à Proteção Cambial	Redução do custo de proteção cambial no Brasil e atração de investimentos estrangeiros diretos para projetos verdes
	D	Estruturação de Projetos	Catalisação do desenvolvimento de grandes iniciativas sustentáveis no Brasil , preenchendo a lacuna atual no cenário de projetos verdes do país

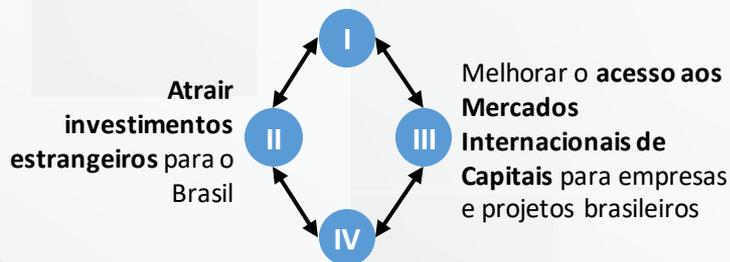
O Programa cria incentivos para aumentar os investimentos na Transição Ecológica brasileira

Objetivos do ECO INVEST BRASIL

Objetivos do Programa

O ECO INVEST BRASIL está sendo criado no âmbito do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) com os **seguintes objetivos**:

Promover investimentos em **projetos que promovam a transição para uma economia sustentável**

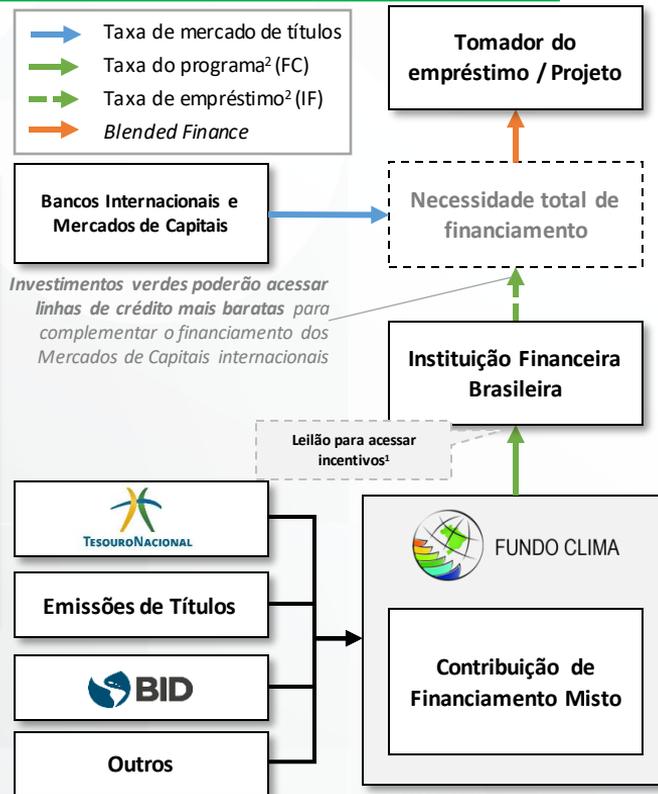
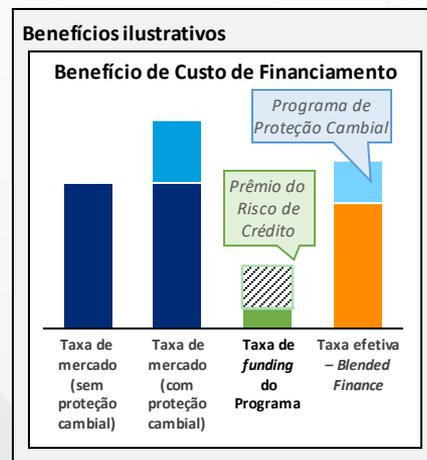


Apoiar o **desenvolvimento do mercado de proteção cambial de longo prazo**

Problema	Solução do ECO INVEST BRASIL
Dificuldade de financiamento para projetos sustentáveis devido às limitações de capital	Blended Finance Funding parcial para reduzir custos e riscos I II III
Complexidade e risco na estruturação de projetos de transição verde	Facilidade de liquidez Cambial de Longo Prazo Suporte financeiro para empresas com dívidas em moeda estrangeira e receitas em reais I II
Riscos cambiais atrelados ao funding com capital internacional	Fomento à Proteção Cambial Facilitação da proteção cambial por meio de instrumentos financeiros I II III IV
Baixa participação do investimento privado nos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil	Estruturação de projetos Apoio para o desenvolvimento e execução de projetos viáveis e atrativos I II
Necessidade de alavancar investimentos para a transformação ecológica	Todas as linhas contribuem para alavancar investimentos e mobilizar recursos I II III IV <i>Foco dos próximos slides</i>

Blended Finance : funding mais barato para projetos que também possuam investidores externos via mercados de capitais (1/2)

Esquema de produto em alto nível



1. As instituições financeiras locais fazem lances para o financiamento do programa em leilões com **base na alavancagem** que será gerada (ou seja, financiamento fora do programa vs. financiamento do programa - por exemplo, 85:15)
2. Os lances bem-sucedidos precisarão demonstrar que os **fundos também são levantados nos mercados de capitais internacionais** e que as exposições estão protegidas contra riscos cambiais
3. O tomador de crédito recebe os **fundos a um custo reduzido de capital e com menos exposição cambial**, devido à parte do *funding* do programa ser denominado em Real

1. Similar ao processo seguido pelas equalizações agrícolas; 2. A taxa efetiva (IF) inclui o prêmio de risco de crédito adicionado pela instituição financeira local acima da taxa reduzida fornecida pelo Fundo Clima (FNMC) para considerar o risco de crédito do tomador do crédito.

Facilidade de Liquidez de LP: *funding* para linha de liquidez contingente, que suaviza fluxo de caixa com volatilidade cambial (1/2)

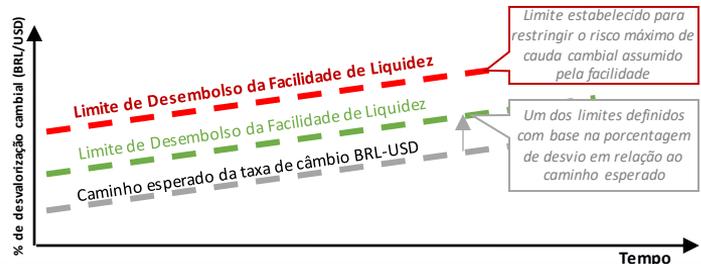
Qual é o produto?



FUNDO CLIMA

- **Linha de crédito** fornecida a projetos de investimento verde com **taxa de comprometimento de 0,5% a.a**
- **Fornecer financiamento ponte** para projetos com receitas indexadas à inflação que enfrentam **temporariamente escassez de fluxo de caixa para pagamento de dívidas** em moeda estrangeira devido à desvalorização cambial
- Após a desvalorização cambial inicial, o aumento das receitas (devido à inflação) melhora a capacidade do projeto de pagar a dívida em dólar e pagar a linha de crédito contingente

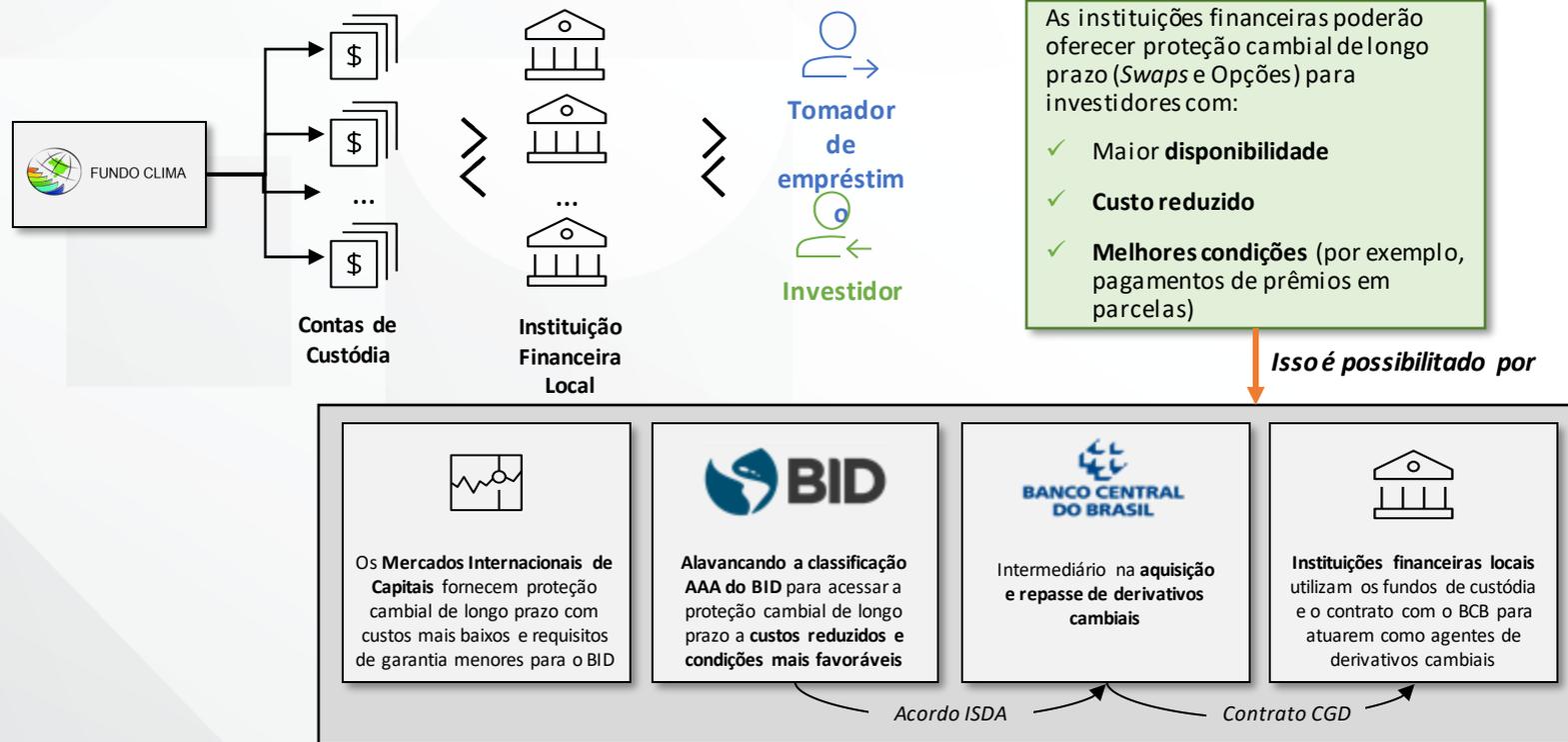
Como funciona?



- Uma desvalorização da taxa BRL-USD leva a uma **receita menor para o projeto (em USD) para pagar dívidas em moeda estrangeira**.
- Nesse caso, a linha pode ser utilizada se:
 - ✓ A desvalorização cambial **ultrapassar um gatilho pré-definido** (por exemplo, 10%).
 - ✓ O projeto **apresentar falta de caixa comprovada** para pagar a dívida.
 - ✓ O projeto for **considerado solvente** (ou seja, ser apenas um problema de liquidez).
- A cobertura máxima da desvalorização cambial será limitada por um gatilho superior (evitando risco cambial de cauda) e limites totais de empréstimo serão aplicados
- Os termos de reembolso serão determinados com base nas condições vigentes (por exemplo, perfil de recuperação da receita do projeto).

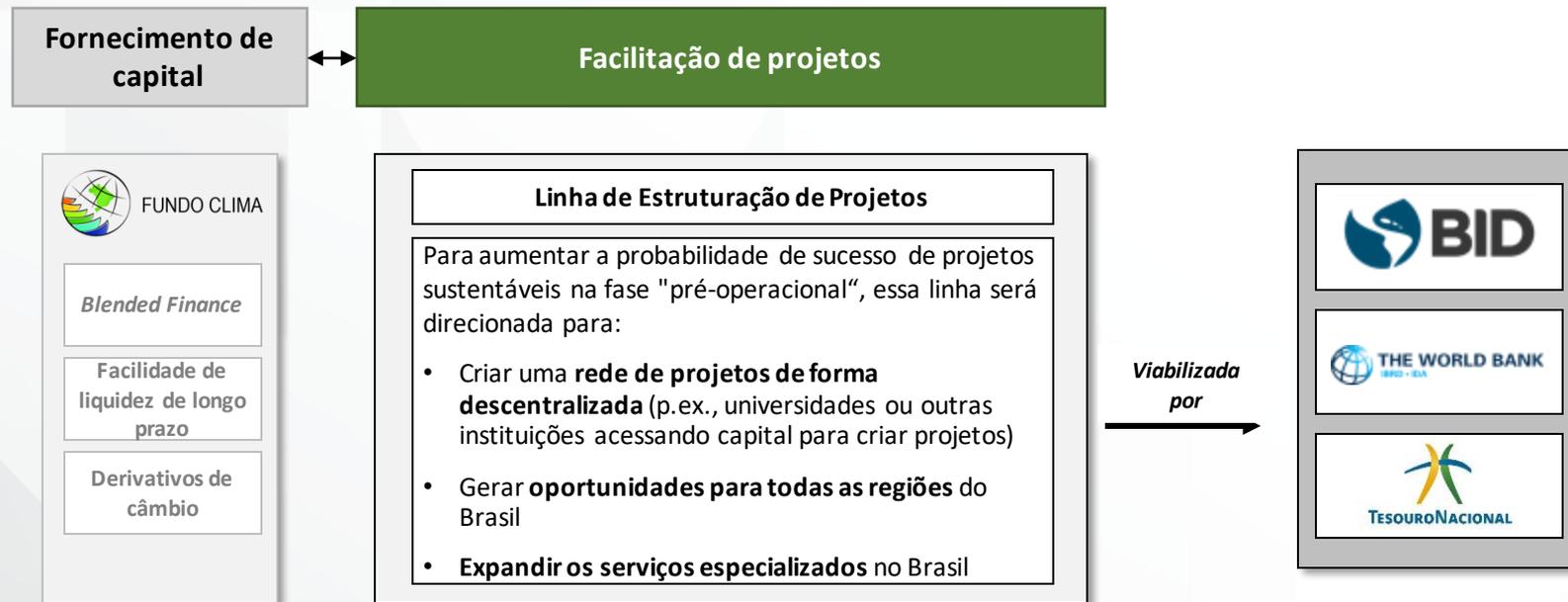
Fomento à Proteção Cambial: acesso à proteção cambial de longo prazo a um custo reduzido (1/2)

Ilustração Simplificada



Estruturação de Projetos: possibilitar a criação de projetos grandes e ambiciosos de preparação complexa/ custosa (1/2)

Ilustração Simplificada



Estudo de caso ilustrativo para uma Usina Solar

Parâmetros do Projeto

Investimento necessário de \$500 milhões

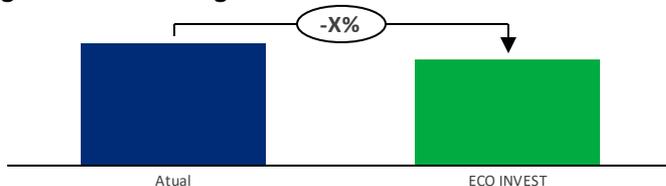
1 Fase "Pré-operacional"

- D** O projeto estabelece um novo escritório de projetos para preparar um plano detalhado e análise de viabilidade utilizando o *funding* da linha de crédito de Estruturação de Projetos
- B** O projeto também decide adquirir a **Facilidade de Liquidez Cambial de Longo Prazo**

2 Fase de Financiamento

- A** O projeto decide utilizar a linha **Blended Finance** e se beneficia de um *funding* mais barato

Pagamento de encargos da dívida anual

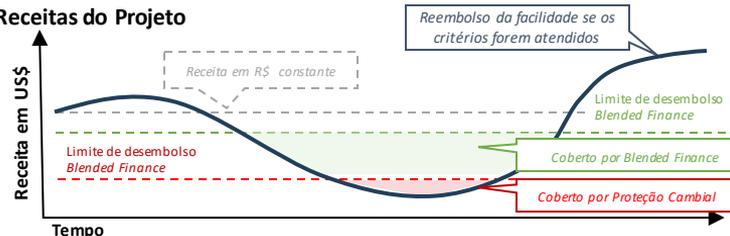


3 Cobertura de Risco do Projeto

Níveis de Risco

Alto nível de volatilidade cambial, e ventos de baixa probabilidade	C Fomento à Proteção Cambial
Nível médio de volatilidade cambial, e ventos de probabilidade média	B Facilidade de Liquidez Cambial de Longo Prazo
Baixo nível de volatilidade cambial, e ventos de alta probabilidade	Autosseguro

Receitas do Projeto



Regulação para o ECO INVEST BRASIL

Uma Medida Provisória **criará o Programa ECO INVEST BRASIL** no âmbito do **Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)**, estabelecido pela Lei nº 12.114/2009, que inclui as seguintes disposições:

1

Adaptação do Fundo Climático

Ampliação do escopo do Fundo Clima para servir como **fonte de financiamento** para alavancar derivativos cambiais no âmbito do ECO INVEST BRASIL

2

Mecanismos de Proteção Cambial

Autorização do **uso de opções, swaps e outros derivativos cambiais** para mitigar riscos financeiros, especialmente durante períodos de alta volatilidade cambial

3

Gestão de derivativos pelo Banco Central

O Banco Central do Brasil irá **gerenciar e transferir derivativos cambiais** de organizações multilaterais e supervisionar mecanismos de proteção nacionais

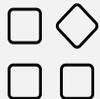
4

Programa de Proteção Cambial

Criação de um programa voltado para estimular **investimentos em práticas e tecnologias sustentáveis**

Responsabilidades e transparência

Até que o programa seja oficialmente lançado, uma **estrutura de governança oficial será desenvolvida** para garantir **transparência e uma alocação justa**. Com as seguintes responsabilidades:



Definição do **framework de elegibilidade** para operações



Formalização de **parceiros implementadores**



Formalização, avaliação e **aprovação das operações** recebidas



Definição de **indicadores de monitoramento e avaliação**



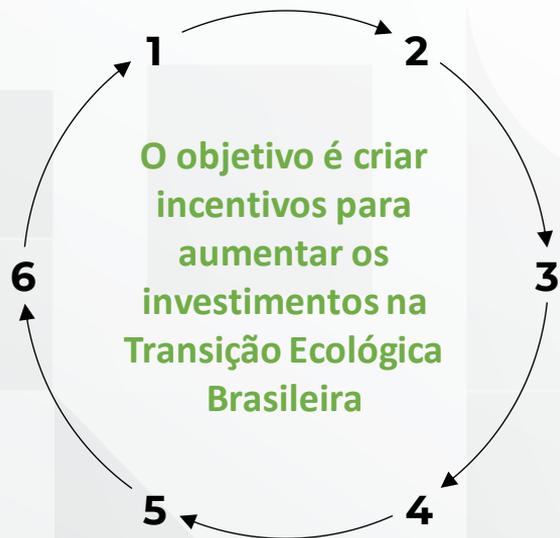
Aprovação e **alocação dos fundos e relatórios de impacto**

O objetivo principal dessa iniciativa é **implementar estratégias** otimizadas para **garantir responsabilidade e maximizar os efeitos das políticas públicas**, estabelecendo, assim, o Programa com um exemplo mundial

Informações adicionais a serem fornecidas:

- Relatórios sobre recursos do programa, projetos, retornos esperados e impacto serão publicados periodicamente
- Uma empresa de verificação independente também publicará relatórios com sugestões de melhoria

Implementação do ECO INVEST BRASIL



- 1**  **Chamada para projetos**
 O período entre a chamada e o recebimento de propostas deve ser suficiente para que as instituições financeiras realizem uma prospecção de demanda e um mapeamento dos projetos que serão apresentados nas propostas
- 2**  **Recebimento e análise das propostas** *(detalhado no próximo slide)*
 A STN recebe a alocação e, após definir os critérios de uso dos recursos, distribui a alocação entre as seguintes linhas: Financiamento Misto, Oferta de Derivativos, Provisão de Liquidez e Financiamento de Rede de Projetos
Critérios para o processo de seleção: prazo do projeto, razão entre o valor financiado e o valor concedido, remuneração das linhas definidas pelo CMN
- 3**  **Alocação de Recursos Públicos e Relatório de Pré-Alocação**
 Para os projetos selecionados, será realizada uma avaliação inicial (ex-ante) da alocação, e as atividades do projeto serão alinhadas com os objetivos da política
- 4**  **Aplicação da Política e Reporte**
 Após a alocação de recursos, um relatório é preparado detalhando como as concessões foram distribuídas, os montantes investidos em cada projeto e a alavancagem dos investimentos privados externos alcançada
- 5**  **Relatório de Impacto e Progresso** *(para cada projeto)*
 Um relatório intermediário e um relatório final de impacto são preparados, detalhando os resultados alcançados pelos projetos em termos de benefícios ambientais, eficácia da alavancagem financeira e contribuições para a política de transformação verde
- 6**  **Avaliação Independente – Monitoramento, Feedback e Ajustes**
 A agência deve revisar o relatório de impacto para validar os resultados e garantir que os objetivos da política tenham sido alcançados

Governança Institucional e Rede de Parceiros

O ECO INVEST BRASIL será gerenciado por um **Comitê Executivo**, vinculado ao **Ministério da Fazenda**, que o coordenará juntamente com o **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**



A sinergia entre esses parceiros é essencial para garantir a **viabilidade, eficácia e sustentabilidade do ECO INVEST BRASIL**

Outras Instituições Financeiras



Contribui para a **estruturação financeira e estabilidade econômica** das operações e internaliza os derivativos a serem obtidos pelo BID no mercado doméstico por meio de Instituições Financeiras credenciadas



O **principal parceiro técnico** na *design* e operacionalização do *pipeline* de derivativos e linhas de crédito a serem oferecidas



Suporte não apenas por meio de **financiamento**, mas também por meio de **assistência técnica** e expertise global em desenvolvimento sustentável



Papel fundamental no **financiamento de projetos de grande escala**, oferecendo **condições favoráveis** e **suporte técnico** para a implementação de iniciativas dentro do programa



Fornecimento de derivativos para o mercado local brasileiro, em cooperação com o Banco Central do Brasil, no âmbito do Programa

Complementar à estrutura de financiamento, oferecendo diversas formas de crédito e investimento para projetos vinculados a o programa

O **Ministério da Fazenda** estabelecerá a **regulamentação para o programa**, bem como as operações associadas, considerando: **(i)** as condições, critérios e processo de seleção e qualificação das instituições financeiras como operadoras e agentes financeiros da Linha; **(ii)** os volumes e limites de alocação de recursos; **(iii)** a forma e frequência de prestação de contas, divulgação pública de informações sobre o uso de recursos e relatórios de avaliação do impacto do programa para sua melhoria; **(iv)** e outras definições, critérios e aspectos operacionais relevantes para o funcionamento e operacionalização da Linha.

O **Conselho Monetário Nacional** estabelecerá as **regras para a Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial**, bem como outras operações a serem oferecidas no âmbito do ECO INVEST BRASIL

Resultados Esperados e Indicadores

Apoiar a **consolidação do Brasil como referência global na agenda de transformação ecológica** e combate à crise climática



Tornar o Brasil um modelo de boas práticas de mitigação de riscos relacionados à volatilidade cambial.

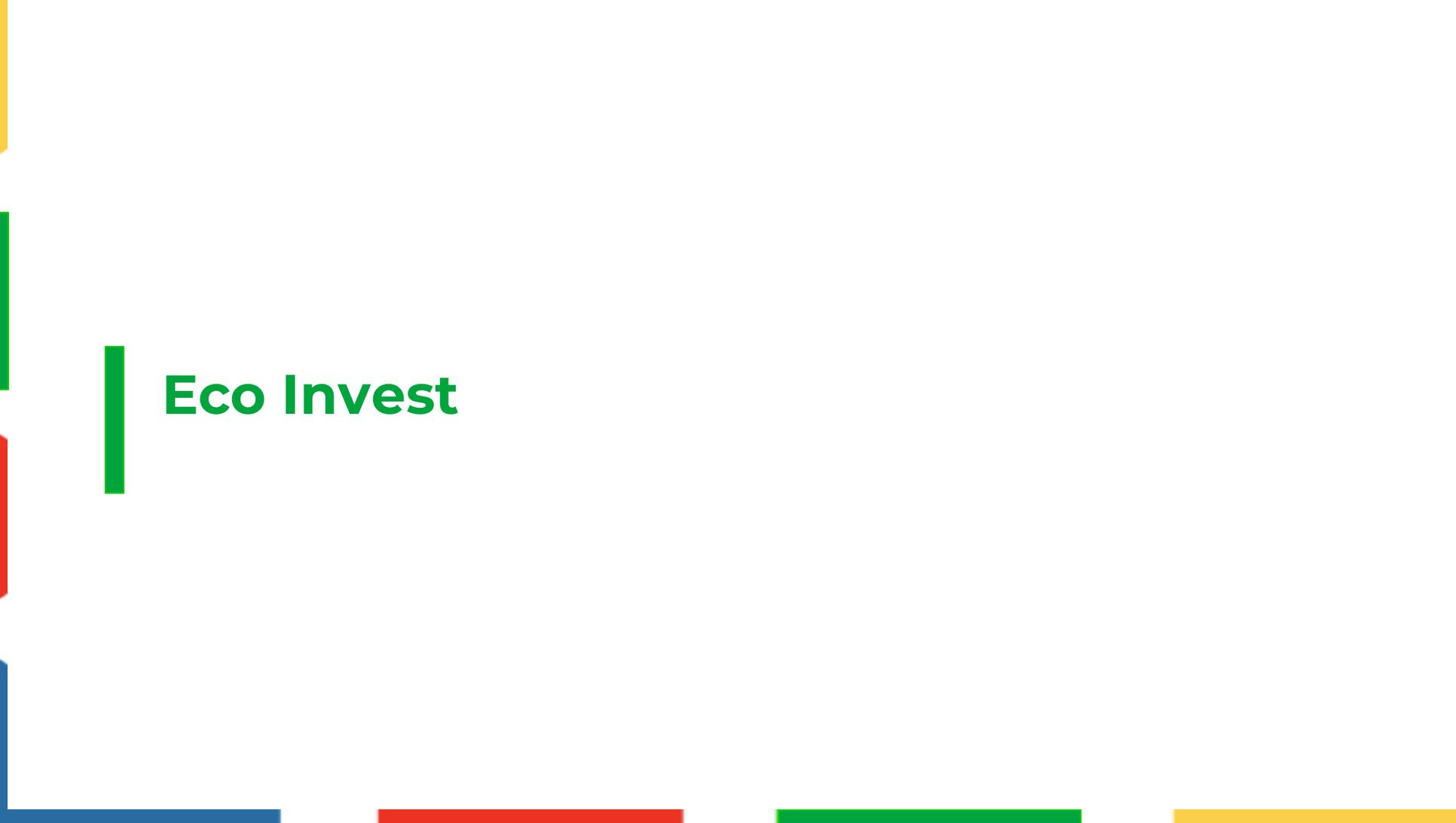
Aumentar a **integração do Brasil com o sistema financeiro internacional** mediante aumento das operações financeiras com projetos e empresas brasileiras relacionados à transformação ecológica

Os indicadores serão **monitorados para demonstrar o alcance dos resultados esperados**:

	Número e volume de investimentos relacionados a transformação ecológica no Brasil
	Quantidade e volume de operações de captação de dívida em moeda forte relacionadas a projetos sustentáveis no Brasil
	Número de empresas que realizaram operações de captação de dívida no exterior
	Atração de equity voltado ao financiamento de projetos sustentáveis no Brasil
	Número e volume de operações de proteção cambial em horizontes acima de 5 anos
	Redução de emissão de gases de efeito estufa

MINISTÉRIO DA
FAZENDA





Eco Invest



GT1 - MOBILIZAÇÃO DE CAPITAL

Apresentação Go!Blended

21ª Reunião Trimestral do Comitê ENIMPACTO

Abril 2024

Co-liderança:

Daniela Arantes (BNDES)

Marco Gorini (Aliança pelo Impacto)



O QUE É A Jornada Go!Blended?

Criar contexto e estrutura para convergir atores financiadores para mobilização de capital, especialmente via **Blended Finance**:

**INSPIRAR
CONECTAR
DISSEMINAR
PROMOVER**

Trilha de Conhecimento

Vídeos introdutórios sobre o Blended Finance e um acervo de literaturas do tema.

Jan.2024

Evento Presencial

Encontro com grupo qualificado de atores e organizações convocados a propor soluções para destravar a mobilização de capital para impacto,

Mar.2024

Policy Paper

Documentos de soluções e diretrizes propostas no Evento Presencial, para a mobilização de capital para a Economia de Impacto.

Abr.2024

Talks

Vídeos técnicos e instrutivos sobre os desafios e oportunidades do Blended Finance em distintos setores da Economia.

Publicação Bimestral | Mai.2024 -
Dez.2024

Estudo em Profundidade

“Financiamento Híbrido para Inovação” - Estudo em parceria com o BID para o promoção do investimento em inovação via estruturas de Blended Finance.

Set.2024

Grupos de Trabalho

Reuniões trimestrais entre grupos temáticos, voltados a ação em prol da estruturação de novas operações Blended.

Encontros Trimestrais | Mai.2024
- Nov.2024



O QUE FOI O EVENTO PRESENCIAL?

Encontro de 150 lideranças nacionais e internacionais, representativos dos setores público, social e privado, com o propósito de contribuir para a criação de soluções que alavancuem a mobilização de capital em prol da transição para uma Economia de Impacto.

FO, Gestoras, Securitizadoras / Investidoras



DFIs e Multilaterais



Famílias, Institutos e Fundações



Coalizões / Entidades Setoriais



Empreendedores



Dinamizadores e Apoiadores



Bancos





QUAIS SÃO OS DESAFIOS PARA A MOBILIZAÇÃO DE CAPITAL?

Há **cinco macro categorias de desafios** mapeados para a ampliação de financiamentos via estruturas Blended.

Técnicos

Regulatórios

Mercadológicos

Culturais



Desafios Técnicos: como solucionar? exemplos

OS DESAFIOS TÉCNICOS

Desafio gerado pela assimetria de informação, conhecimento e/ou competências técnicas e/ou socio-emocionais suficientes para o êxito de operações Blended Finance.

Este desafio pode manifestar-se, por exemplo, nas áreas jurídica, financeira, de governança, de mensuração e avaliação de impacto e pode comprometer a originação, estruturação, distribuição, alocação e gestão das operações;

Programas de educação e assistência técnica aplicada tanto para qualificação da oferta de capital, quanto para a demanda, mobilizando as entidades setoriais e os reguladores (CVM, BC, Anbima, ABVCAP....).

Desenvolver ferramentas padronizadas de autodeclaração acerca do impacto socioambiental. ANBIMA poderia fazer um “CGA de Impacto” à luz do benchmark do CGA / CFA.



OS DESAFIOS REGULATÓRIOS

Desafio gerado pela presença de lacunas regulatórias que dificultam e/ou tornam os modelos de financiamento via estruturas Blended mais ineficientes.

Por exemplo, limitações das possibilidades de perfil de instrumentos, mecanismos e veículos financeiros; limitações sobre o mandato e a responsabilidade fiduciária de gestores; inadequação da tributação; entendimento ambíguo do regulador/fiscalizador (como TCU, MP, CVM ou Bacen).

Desafios Regulatórios: como solucionar? exemplos

Agenda coordenada para IFRs, S1 e S2 entre os reguladores, promovendo capacitação e sensibilização dos stakeholders financeiros para entender o novo *disclosure*.

Permissão na regulação para que os recursos dos depósitos compulsórios destinados ao Microcrédito possam ser orientados para cotas júnior/subordinada em fundos de microcrédito de terceiros.



OS DESAFIOS MERCADOLÓGICOS

Desafio gerado quando a “cadeia produtiva” necessária para viabilizar a operação Blended está desestruturada e assimétrica, com atores em diferentes estágios de compreensão e maturidade, o que pode vir a elevar os prazos, esforços e custos da operação, além de reduzir os incentivos internos para a tomada de decisão dos gestores.

Ademais, o desalinhamento entre mandatos / responsabilidade fiduciária e a estrutura de incentivos, cujo enfoque atual é orientado primordialmente a resultados financeiros de curto e médio prazo, também emerge como um tema a ser superado.

Desafios Mercadológicos: como solucionar? exemplos

Criar um “FGC privado” como catalisador transversal de diversos FIDCs e uma camada de garantia adicional aos mecanismos de crédito das investidas.

Constituir um Fundo garantidor de investimentos em bioeconomia (FGI-Bio), via BNDES.

Estruturação de um Fundo Blended cambial para ajudar a destravar equity internacional, retirando o risco cambial do private equity e do VC (quando focados em impacto).



Desafios Culturais: como solucionar? exemplos

OS DESAFIOS CULTURAIS

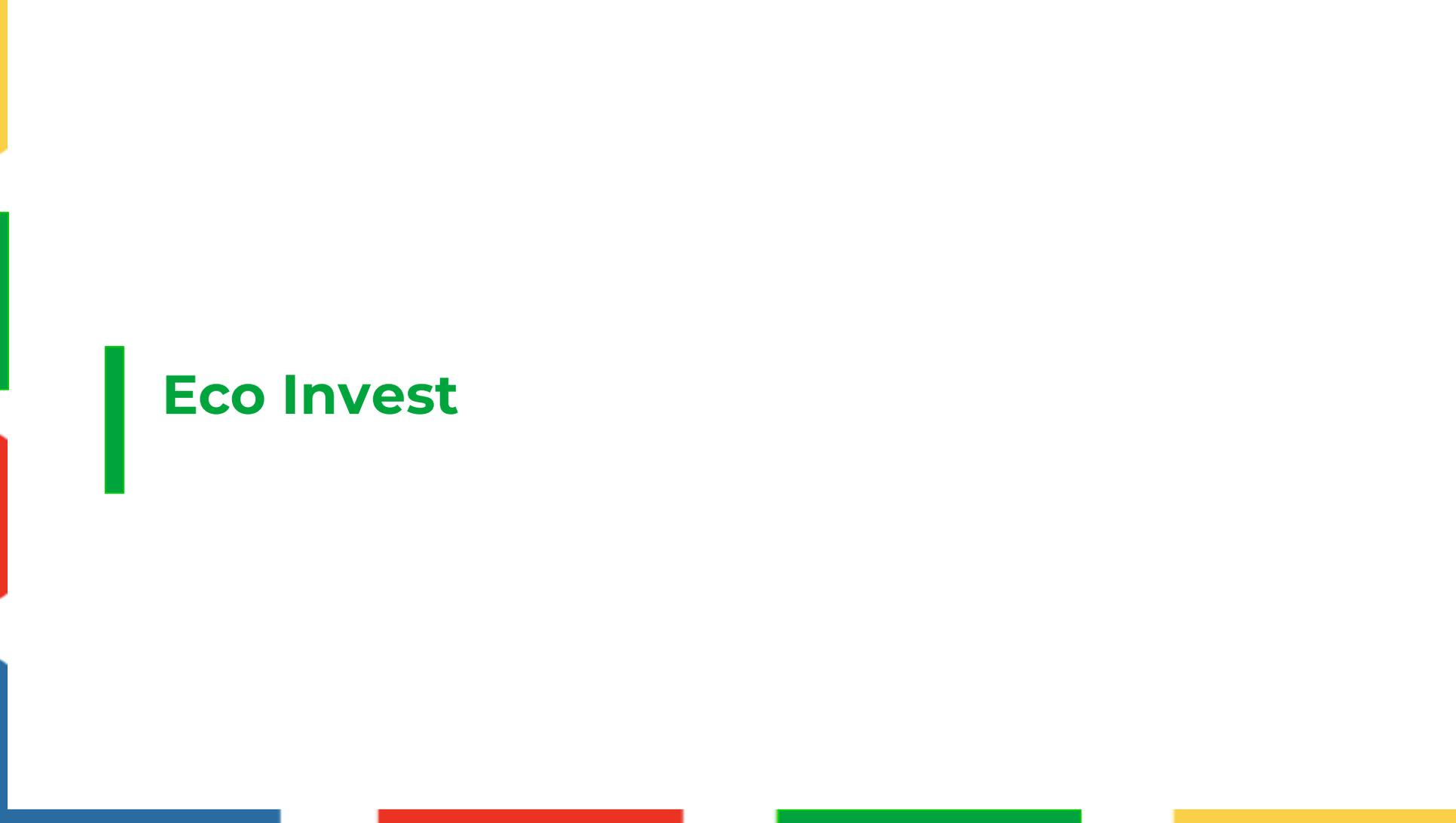
Desafio gerado, por um lado, pelo estágio de maturidade dos atores frente à real possibilidade de financiarem soluções orientadas à nova economia e, por outro, pela diversidade dos perfis que tendem a ser envolvidos em uma operação

Blended (representantes do setor social, do setor de impacto, do setor comercial e financeiro tradicional e/ou do setor público.)

Estes atores costumam ter diferentes visões de mundo, bem como diferentes códigos, semânticas, expectativas e prioridades (além, é claro, de distintas definições de sucesso). A arte de transformar o diferente e o diverso em forças convergentes talvez seja um dos principais desafios a serem superados.

Criação de um grupo de Coalizão de Finanças de Impacto, envolvendo C levels das Corporações neste movimento.

Estruturar uma cultura de *knowledge sharing* sobre o que é e já se faz em Blended, como uma estratégia de *advocacy* direcionada e focalizada, para criar e fortalecer políticas públicas e estratégias sociais e privadas



Eco Invest

A large blue geometric graphic consisting of a dark blue triangle pointing right, with a lighter blue triangle overlapping its top-left corner, extending from the left edge of the slide.

FINANCE FOR JUST AND GREEN ENERGY TRANSITION

A Joint Initiative with High Impact Proposal

FINANCE FOR JUST AND GREEN ENERGY TRANSITION

A Joint Initiative with High Impact Proposal

Leveraging Platform that brings together Key Coalitions to localize and promote High-Impact Finance at scale.

Driving capital at scale to
Latin America and Caribbean
connected with the
Powershoring Strategy

UN Local2030 and UNFDC
are joining
**Development Banks,
Sovereign Wealth Funds,
Wealth Managers**

FINANCE FOR JUST AND GREEN ENERGY TRANSITION

A Joint Initiative with High Impact Proposal

PROMOTING PARTNERS: **EM TRATATIVAS**

- LOCAL2030
- UNCDF
- CAF
- BID / IDB Invest
- WB / IFC
- Govern of Spain
- Govern of Brazil / MDIC - G20
- BlendInstitute
- IE University

POWERSHORING AND LAC/NORTHEAST BRAZIL

Powershoring is a key strategy for fostering a green and equitable energy shift for the region, attracting investments in energy-intensive industries like steel, cement, and chemicals.

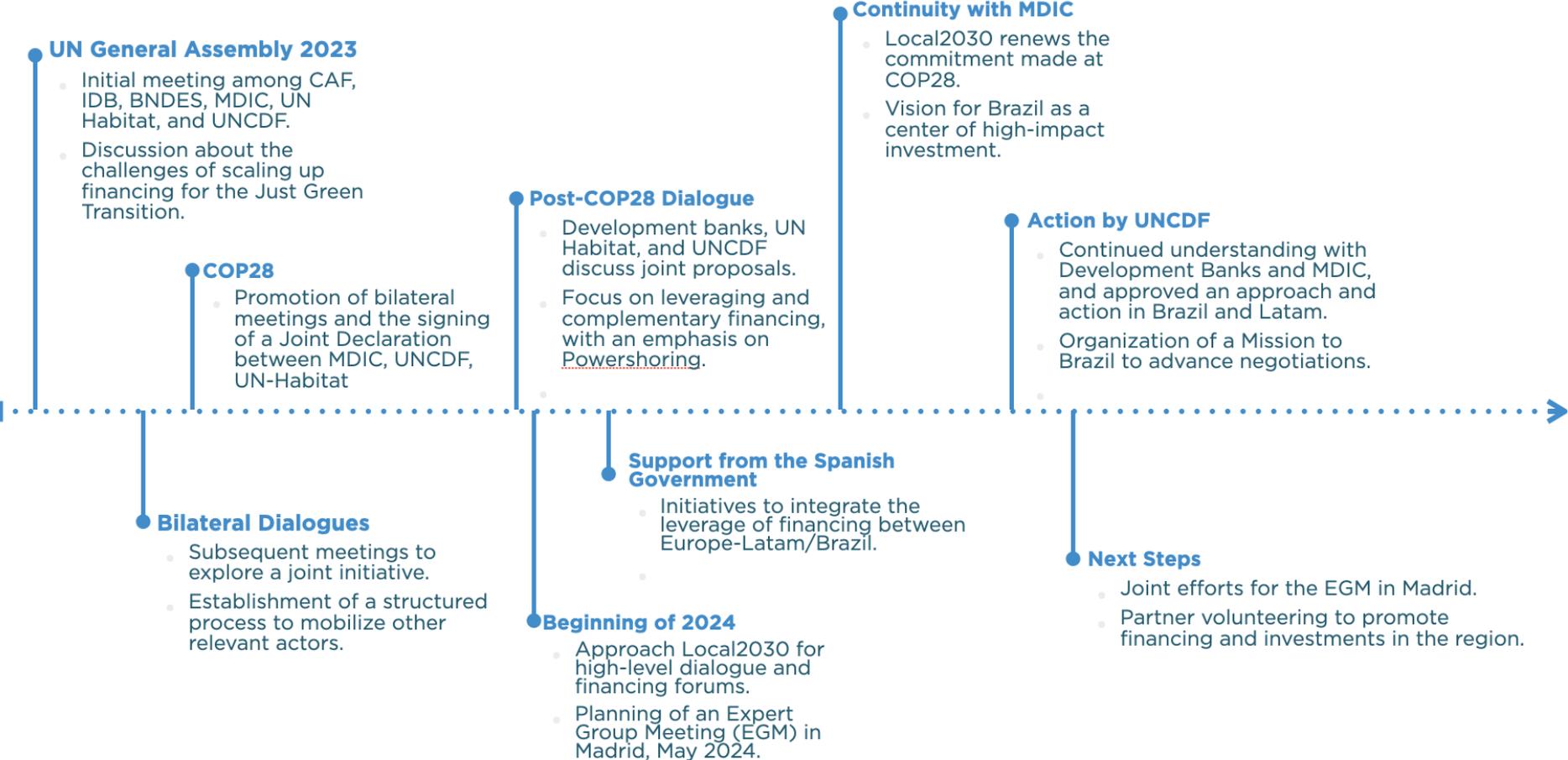
Powershoring aligns with achieving **Nationally Determined Contributions (NDCs)** by facilitating the transition to green inputs and reducing energy transition costs.

How can global resources be effectively channeled to support **Powershoring** and its objectives in the region?

These sectors, with their potential to form business clusters, hold promise for **enhancing employment, income, and the supply chain**, benefiting small and medium-sized enterprises

Powershoring's impact extends beyond economic realms, particularly in **urban areas of the LAC region where social challenges like poverty and inequality are acute.**

FJGET HISTORY AND BACKGROUND



Track #1 High Level Dialogue

What?

Environment of technical background and guidance

Main Objectives

- Provide conceptual foundation for the 'Just' and 'Green' parameters for investment purposes in the energy transition;
- Develop guidelines and parameters for pipeline selection;
- Develop conceptual framework for Powershoring Strategy
- Develop Project Accreditation Framework

Main Outcomes

- Theory of Change
- General Investment Thesis
- Guidelines and Parameters for Pipeline Selection
- Powershoring Strategy Conceptual Framework
- Project Accreditation Framework

Track #2 FGET LAB

What?

Environment of concessional capital co-investment

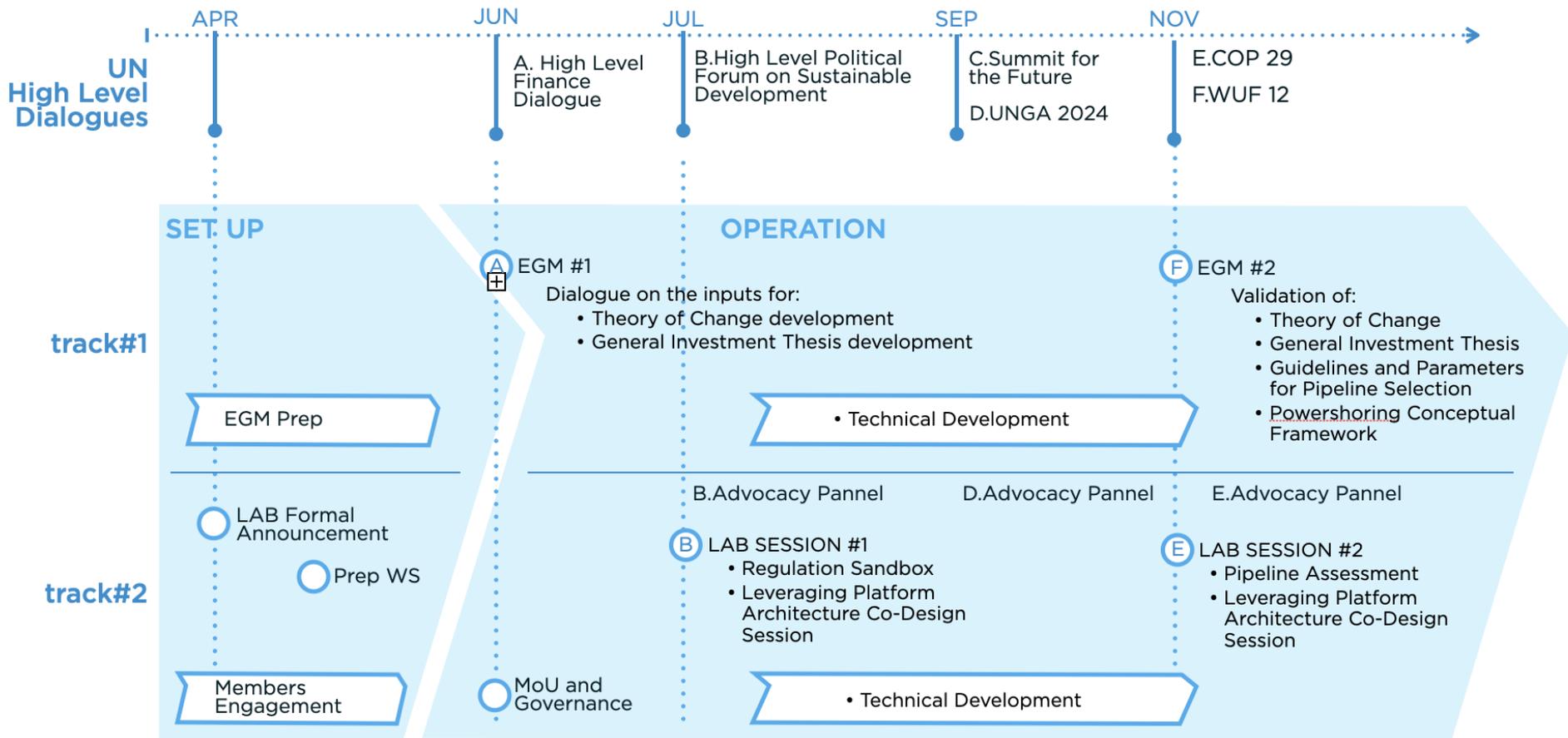
Main Objectives

- Conduct structured process of project assessment;
- Establish a Leveraging Finance Platform to build co-investment agreements;
- Implement Regulation Sandbox

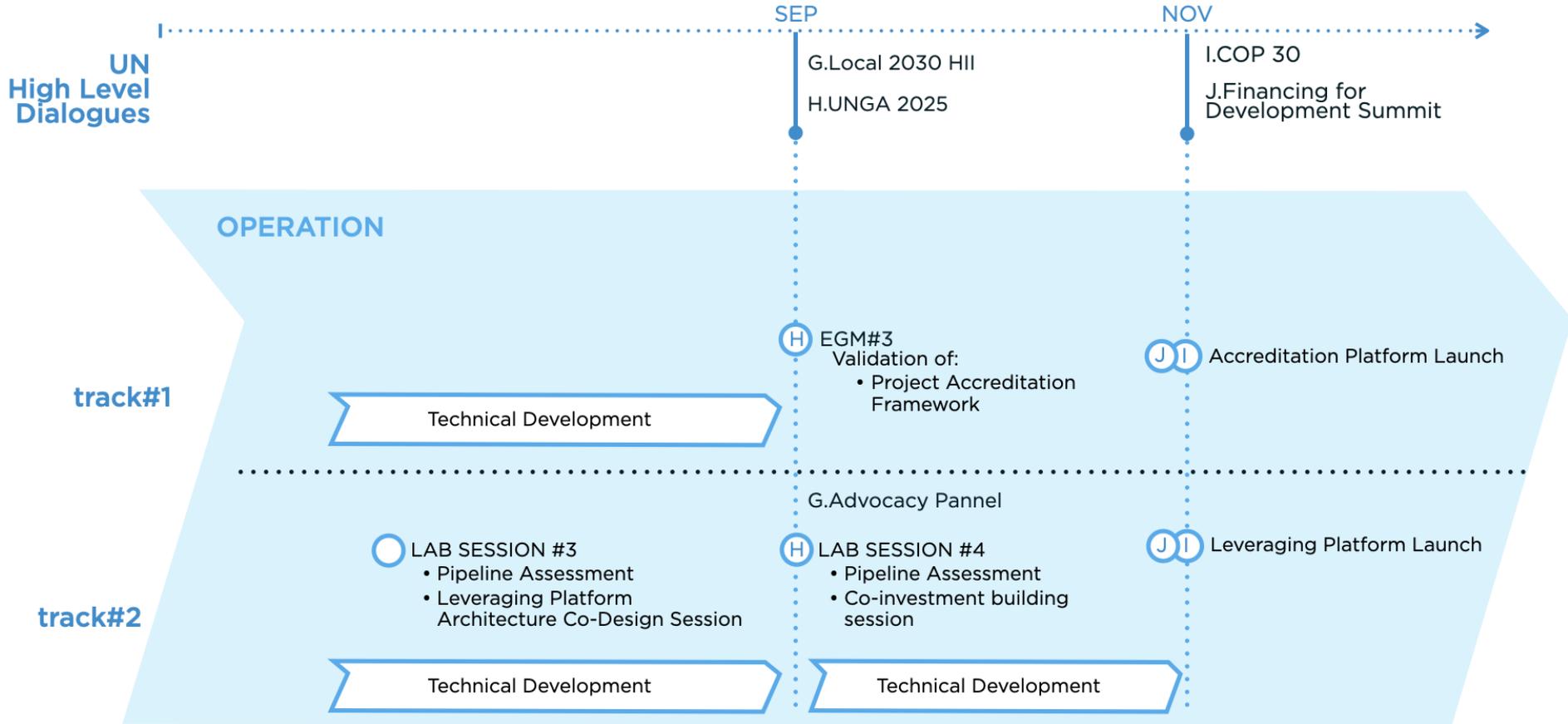
Main Outcomes

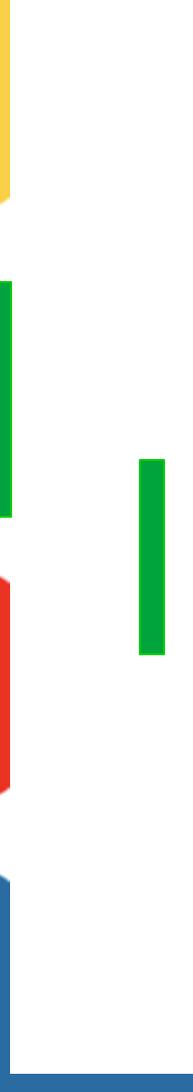
- Leveraging Finance Platform
- Regulation Sandbox
- Just and Green Energy Transition Bonds Series
- JGET Hedge Fund (to be discussed)

ROADMAP | 2024



ROADMAP | 2025





Sistema Nacional de Economía de Impacto - SIMPACTO

Assinatura do ACT entre o MDIC e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Secretaria de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria (SEV)

MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº. XXX

Acordo de Cooperação Técnica que celebram o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de desenvolver em conjunto o Sistema Nacional de Economia de Impacto – SIMPACTO, articulando ações nos diferentes níveis federativos para fortalecer a economia de impacto e criar sinergias entre os comitês dedicados a essa temática.

O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - MDIC, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco J, do Distrito Federal - DF, CEP 70297-400, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.478/0001-43, neste ato representado pela **SECRETARIA DE ECONOMIA VERDE, DESCARBONIZAÇÃO E BIODINDÚSTRIA**, doravante denominada "SEV", por delegação de competência de seu Ministro, Gerardo José Rodrigues Alcimim Fimo, do secretário Rodrigo Sobral Rollenberg, portador da cédula de identidade RG sob o nº 510460 589/DF e inscrito no CPF sob o nº 245.298.501-53, e o **GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, com sede em «endereço da sede do governo do estado» inscrito no CNPJ sob o nº «número do CNPJ», neste ato representado pelo seu Governador de Estado «nome do governador», no interesse da **SECRETARIA DE «nome da secretaria estadual»**, doravante denominada "sigla da secretaria estadual", representada por seu secretário «nome do secretário», portador da cédula de identidade RG sob o nº xxxxxx e CPF xxxxx, CONSIDERANDO o Decreto nº 11646, de 16 de Agosto de 2023 que institui a Estratégia Nacional de Economia de Impacto e o Comitê de Economia de Impacto, bem como o Plano Decenal da Enimpecto aprovado em 19 de fevereiro de 2024; CONSIDERANDO as legislações estaduais: Lei Estadual nº 10.483 do Rio Grande do Norte, de 04 de fevereiro de 2019; MENCIONAR O CENIS; que instituíram Políticas de Investimentos e Negócios de Impacto Social; e, CONSIDERANDO a vontade precípua de se construir e efetivar o Sistema Nacional de Economia de Impacto – SIMPACTO, com sinergia entre as políticas estaduais e federal de promoção de uma economia de impacto.

RESOLVEM celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente ACORDO tem por objetivo desenvolver em conjunto o Sistema Nacional de Economia de Impacto – SIMPACTO, articulando ações nos diferentes níveis federativos para fortalecer a economia de impacto e criar sinergias entre os comitês dedicados a essa temática, levando a efeito as metas do Plano Decenal da Economia de Impacto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS EIXOS DE COOPERAÇÃO

Principais pontos

- ✓ Desenvolvimento do SIMPACTO
- ✓ Atuação em 5 Eixos Estratégicos:
 - I. Ampliação da oferta de capital para a Economia de Impacto;
 - II. Aumento do número de negócios de impacto;
 - III. Fortalecimento das organizações intermediárias;
 - IV. Promoção de um macroambiente institucional e normativo favorável à Economia de Impacto; e
 - V. Articulação interfederativa com Estados e Municípios no fomento à Economia de Impacto.



ENIMPACTO

Estratégia Nacional de Economia de Impacto

Apresentação para a 21ª reunião
trimestral do Comitê Enimpecto

GT 5
Rumo ao Simpacto

Carlos Roberto Scretas – ICE
Aron Belinky – Aliança pelo Impacto

Determinação política e administrativa

EIXO V: ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA COM ESTADOS E MUNICÍPIOS NO FOMENTO À ECONOMIA DE IMPACTO

MACRO-OBJETIVOS

1. Estruturar o Sistema Nacional de Economia de Impacto (SIMPACTO) com vistas a articular e promover sinergias entre as estratégias subnacionais de impacto.
2. Unificar e harmonizar os esforços para a implementação do SIMPACTO, respeitando as particularidades regionais.
3. Incentivar e apoiar os entes federativos a implementarem suas respectivas estratégias subnacionais de Economia de Impacto.
4. Apoiar a ativação e a operação dos comitês locais de Economia de Impacto nos 27 estados da federação.



Ações previstas no Plano Decenal

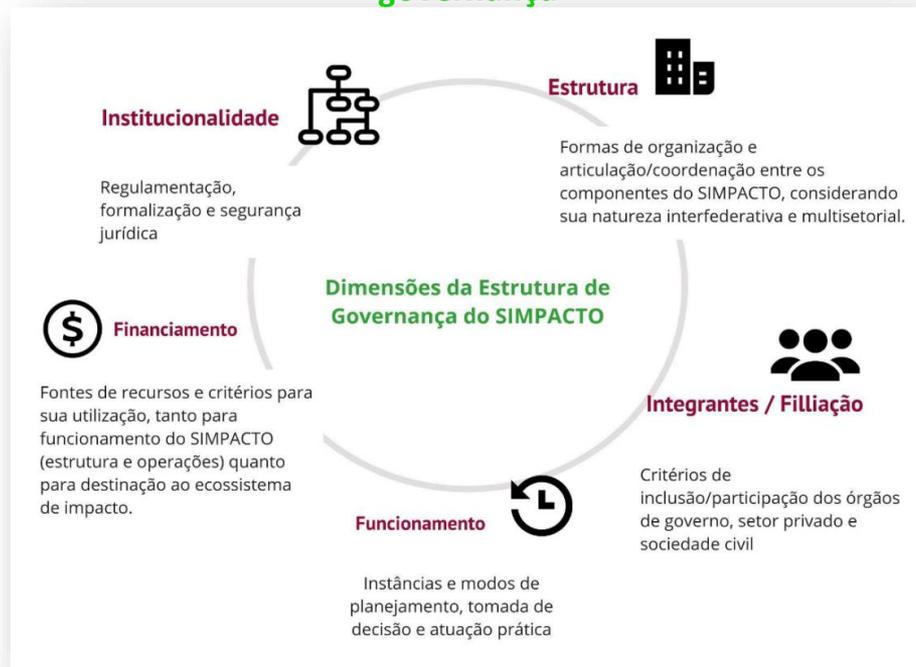
5.1.	Estruturar o Sistema Nacional de Economia de Impacto (SIMPACTO) com vistas a articular e promover sinergias entre as estratégias subnacionais de impacto.	5.1.1.	Estimular a organização de lideranças escolhidas pelos comitês estaduais e/ou municipais, de técnicos indicados pelos governos dos entes federativos para, em conjunto com representantes do Executivo Federal, delinear as bases do Sistema Nacional de Economia de Impacto – SIMPACTO;
		5.1.2.	Realizar estudos e elaborar propostas para a criação do Sistema Nacional de Economia de Impacto – SIMPACTO;
		5.1.3.	Apoiar a criação da infraestrutura normativa e do desenho da governança do Sistema Nacional de Economia de Impacto, incluindo a mobilização de meios para sua implantação, como recursos orçamentários, logísticos, humanos e materiais (conexão com o GT4); e
		5.1.4.	Mapear os programas e iniciativas dos diversos órgãos governamentais envolvidos na pauta de Economia de Impacto, com o objetivo de identificar recursos que possam ser utilizados na criação e operação do Sistema Nacional de Economia de Impacto.

5.2.	Unificar e harmonizar os esforços para a implementação do SIMPACTO, respeitando as particularidades regionais.	5.2.1.	Promover encontros regionais e nacionais para o intercâmbio de experiências e estratégias de implementação de ações nos âmbitos estadual e municipal;
		5.2.2.	Implementar a plataforma de relacionamento e compartilhamento de informações do SIMPACTO, incluindo atualizações da evolução do sistema em diferentes contextos;
		5.2.3.	Implementar um programa de capacitação para servidores, agentes públicos e atores locais a fim de orientar a criação e implementação das estratégias subnacionais de impacto socioambiental;
		5.2.4.	Criar ferramentas operacionais e normativas para guiar a implementação das políticas subnacionais de economia de impacto, com vistas garantir alinhamento destas com a política federal;
		5.2.5.	Promover estudos que possam guiar a implementação da política de Economia de Impacto nos estados, garantindo suas potencialidades e necessidades locais; e
		5.2.6.	Incentivar escolas de governos federal, estaduais e municipais para a formulação e implementação de programas de capacitação em Economia de Impacto para servidores públicos.

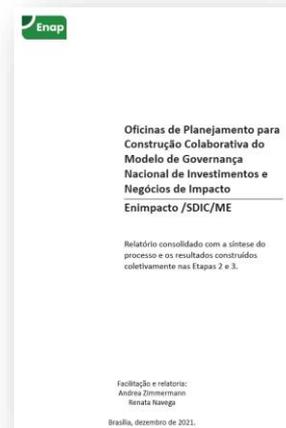
Oficinas “Rumo ao Simpacto”

Coordenação ENAP e ampla participação (126 pessoas, 20 UFs)

Visão inicial de uma estrutura de governança



Registro do processo e conteúdos



Iniciativas motivadas pelo processo



Atuação do GAS



- Realização de 24 reuniões mensais
- Criação e fortalecimento de coletivos estaduais
- Manifesto e modelo de governança
- Planejamento do Fórum Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto e Fóruns Regionais preparatórios
- Desenvolvimento de Plataforma Digital Colaborativa
- **Integração ao GT 5 da ENIMPACTO**

Articulação interfederativa ao nível institucional

Contato do MDIC com os Estados em três níveis:

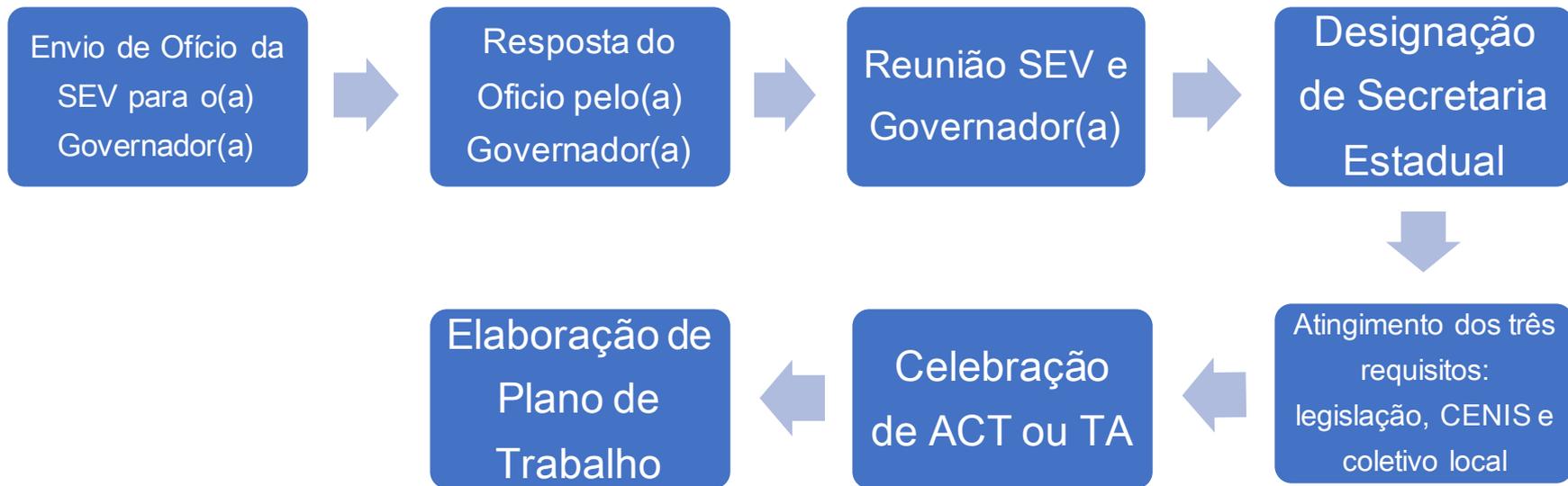
Político: Governador(a)

Técnico: Secretaria Estadual

**Sociedade Civil: Coletivo
Estadual**



Nível Político: MDIC com o(a) Governador(a) do Estado



Nível Técnico: MDIC com a Secretaria Estadual



ENIMPACTO
Estratégia Nacional de
Economia de Impacto
Políticas públicas para uma nova economia.

Nível Sociedade Civil: MDIC com o Coletivo Estadual



Próximos passos e participação do Comitê Enimpecto

Assinatura do ACT com Rio Grande do Norte

Fortalecimento dos Coletivos Estaduais

Realização dos Fóruns Regionais

Instituição de Comitês e ampliação dos ACTs

Realização do Fórum Nacional

Convidamos todos(as) integrantes do Comitê Enimpecto a contribuir com o avanço rumo ao Simpecto!



ENIMPACTO

Estratégia Nacional de
Economia de Impacto

Políticas públicas para uma nova economia.

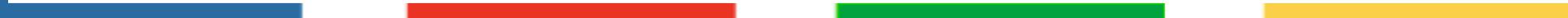
Obrigado!

GT 5
Rumo ao Simpacto

Carlos Roberto Scretas – ICE
Aron Belinky – Aliança pelo Impacto



Calendário de Reuniões Trimestrais da Enimpecto



Calendário de Reuniões Trimestrais da Enimpecto



01/02



11/04

20/06

26/09

12/12



Muito obrigado !



ENIMACTO

Estratégia Nacional de
Economia de Impacto

Políticas públicas para uma nova economia

Lucas Ramalho Maciel
enimacto@mdic.gov.br

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA
COMÉRCIO E SERVIÇOS

